

A TURQUIA

UM MODELO DE INSPIRAÇÃO PARA UM NOVO MÉDIO ORIENTE?

Marta Mucznik

Com eleições agendadas para Junho de 2011¹, a Turquia vive intensamente o período de campanha eleitoral assente em dinâmicas internas, regionais e internacionais. Todas as sondagens apontam para mais uma vitória do primeiro-ministro Recep Tayyip Erdoğan, e do Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP), já há oito anos no poder. Para além das grandes questões do foro interno que dominam o debate, este período eleitoral tem a singularidade de se desenrolar num momento histórico na região: a onda de revoltas e movimentos de contestação que tem levado à queda de alguns regimes e que talvez represente o princípio do fim de um Médio Oriente monopolizado por autocracias e ditaduras. Esta conjuntura regional testa a capacidade da Turquia de exercer a sua ambição de potência emergente na região. Obriga a respostas rápidas e estratégias bem delineadas que reflectam uma nova política externa e que possam provar à região e ao mundo que esta postura não é apenas *wishfull thinking* por parte da máquina política turca mas uma nova realidade a ter em conta.

Dito isto, a questão que se coloca é saber qual o papel que a Turquia pode desempenhar não só na mediação de crises que possam surgir, como aliás já o tem experimentado nos casos da Líbia e da Síria, mas no exemplo que pode constituir para os processos de transformação política dos países vizinhos. Este artigo procura analisar o que tem motivado a postura turca na região até agora, a exequibilidade dos seus objectivos de potência activa

RESUMO

Este artigo procura analisar o que tem motivado a postura turca na região do Médio Oriente, nomeadamente no contexto das revoltas árabes. Analisa a visão estratégica da política externa da Turquia e a sua abordagem de «zero problemas». Coloca também a questão do papel que a Turquia pode desempenhar não só na mediação de crises que possam surgir no contexto das revoltas, mas também no exemplo que pode constituir para os processos de transição democrática dos países vizinhos. Expomos alguns dos seus défices democráticos mas concluímos que a experiência política turca é um bom exemplo para a região se for perspectivada como um modelo que ainda precisa de ser aperfeiçoado.

Palavras-chave: Turquia, Erdoğan, Médio Oriente, modelo

ABSTRACT

TURKEY: A MODEL TO A NEW MIDDLE EAST?

This paper assesses the role Turkey is playing in the context of political upheavals in North Africa and the Middle East. It analyses the recent shift in Turkish foreign policy, with its 'zero problems' approach to neighbouring

→

states, and discusses Turkey's role in mediating regional crises. The article also examines the extent to which the Turkish model can serve as an example to Arab countries now undergoing political transformation. While we highlight the country's democratic deficits, we conclude that, overall, the Turkish political experience can serve as a good example for the region.

Keywords: Turkey, Erdoğan, Middle East, model

e comprometida, de mediadora de conflitos, tendo em conta a conjuntura actual, as dinâmicas regionais que daí advirão, assim como os constrangimentos internos naquele país. Analisaremos a visão estratégica da política externa da Turquia e a sua abordagem de «zero problemas» na região, a sua origem e principais causas e, por fim, que tipo de impacto esta pode ter para uma região tensa e volátil onde a incerteza e o desconhecido ditam a ordem do dia.

Muito do que tem caracterizado o debate em torno do papel da Turquia nas crises do Médio Oriente é a possibilidade de esta exportar o seu modelo democrático de conciliação com o islão para os países que foram atingidos por movimentos de contestação. Analisaremos neste contexto alguns elementos deste modelo democrático num país predominantemente muçulmano e em que medida é que este pode servir de referência aos países vizinhos. Por fim, retiraremos algumas conclusões oferecendo determinadas perspectivas sobre o potencial papel da Turquia numa região em rápida mudança.

A NOVA POLÍTICA EXTERNA DA TURQUIA: DO OCIDENTE PARA O ORIENTE?

A ascensão do AKP ao poder no dia 3 de Novembro de 2002 marcou um ponto de viragem na política externa turca, até então essencialmente ancorada nas estruturas e alianças ocidentais. Esta mudança tem vindo a acentuar-se progressivamente nos últimos anos à medida que o Partido da Justiça e Desenvolvimento consolida a sua posição, tanto no foro interno como na rua árabe, revelando uma confiança acrescida relativamente ao lugar da Turquia no mundo. Este novo estilo e retórica têm suscitado preocupação nos vários círculos internacionais. Observadores alertam para o facto de a Turquia se estar a reorientar para o Oriente, dando preferência ao mundo árabe em detrimento das suas tradicionais alianças a Ocidente, com a Europa e com os Estados Unidos. Outros chamam a atenção para o perigo de uma crescente islamização da Turquia em detrimento dos valores e estilo de vida ocidental. Alguns decisores políticos e formadores de opinião² sugerem que o impasse das negociações de adesão da Turquia à União Europeia, assim como a relutância franco-alemã a este objectivo, terão provocado essa mudança. Mas será mesmo este o caso? Assistimos a uma islamização crescente da Turquia? Que direcção assumirá a sua política externa? Que consequências trará para a região e para as suas relações com o Ocidente? Neste ponto, a opinião internacional divide-se.

Se nas capitais ocidentais se verifica essa preocupação, será importante realçar da parte turca um frenesim diplomático constante em explicar esta política e sossegar o Ocidente de que não se trata de uma mudança de política. Tanto em Washington como em Bruxelas, ou noutras capitais europeias, assiste-se a um vaivém de dirigentes políticos turcos para encontros bilaterais diplomáticos, enchendo paralelamente anfiteatros e

salas de conferências para explicar publicamente a sua visão do mundo. Na retórica turca, o discurso é muito claro, coerente e reflexo de uma visão geoestratégica tão ambiciosa quanto audaciosa.

O carismático Ahmet Davutoğlu, que se tornou conselheiro de política externa do primeiro-ministro Erdoğan em 2003 e ministro dos Negócios Estrangeiros, em Maio de 2009, personifica este novo activismo. O seu cunho pessoal tem sido instrumental para a aplicação das linhas orientadoras da nova política externa turca que assenta no pressuposto de que a Turquia não pode continuar a ignorar a sua vizinhança natural e, em consequência, a sua política terá que reflectir uma posição geográfica única: um país que se encontra na encruzilhada entre a Ásia, a Europa, o Médio Oriente, os Balcãs e o Cáucaso. A combinação única da sua herança histórica, a posição geográfica multi-regional e a sua identidade multidimensional conferem-lhe, na opinião da diplomacia turca, um papel especial, uma espécie de missão estabilizadora e pacificadora de uma região tumultuosa. Partindo deste princípio, a nova política externa turca visa projectar a sua capacidade de gerar prosperidade, estabilidade e segurança na região³, diminuir tensões, reduzir as diferenças que possam existir, contribuir para uma política de «zero problemas» na região e engajamento de todos os actores. Este novo paradigma turco baseia-se também no princípio de que a sua política tem de se adaptar a uma lógica do pós-Guerra Fria – caracterizada pelo fim das potências bipolares e o início de um mundo multipolar, marcado pela emergência de médias potências em ascensão, como a Turquia, o Brasil, a Rússia, a Índia, a China, a África do Sul, etc⁴. Nesta perspectiva, a Turquia não se pode posicionar meramente como um Estado-satélite dos Estados Unidos mas sim como uma potência transregional que não pode estar dependente exclusivamente de uma só região⁵. Esta opção estratégica, na perspectiva turca, não é incompatível com as suas alianças tradicionais, mas apenas um complemento. A ressurgência da Turquia na região do Médio Oriente tem inclusive levado alguns comentadores a apelidarem esta nova abordagem de «neo-otomana»⁶.

Há também quem defenda que esta mudança reflecte um redireccionamento dos interesses económicos do país para o Médio Oriente⁷. Se as exportações da Turquia para a Europa desceram uns 10 pontos percentuais entre 2002 e 2010 (para 45 por cento do total), as exportações para o Médio Oriente mais que duplicaram, atingindo os 20 por cento do volume total do seu comércio⁸. Esta política é reveladora não só de uma diplomacia económica mais acentuada, resultante de um crescimento económico galopante, mas também de uma vontade de partilhar essa riqueza e criar prosperidade na região. A Turquia é hoje a 16.^a maior economia do mundo e a sexta maior da Europa, com o potencial de se tornar a 10.^a maior do mundo no ano de 2050⁹. Central na retórica turca é precisamente a ideia de que as trocas comerciais e a abordagem de *soft power* económico são essenciais para a interdependência económica e consequentemente para a estabilidade regional, à semelhança do que é concretizado por exemplo pelos instrumentos da política europeia de vizinhança¹⁰.

No entanto, esta visão política não deixa de apresentar algumas inconsistências, dando azo a algum cepticismo na comunidade internacional sobre as verdadeiras motivações do Partido da Justiça e Desenvolvimento. Há inclusivamente quem argumente que na realidade a retórica dos líderes do AKP parece sugerir implicitamente a vontade de criar um bloco muçulmano em oposição ao Ocidente¹¹.

DIPLOMACIA DE INTERESSES OU DIPLOMACIA DE VALORES?

Independentemente do que verdadeiramente motiva as acções e a retórica do partido de Erdoğan, a verdade é que a sua política tem apresentado contradições no que diz respeito aos valores que diz defender.

A abordagem conciliatória e acolhedora do primeiro-ministro Erdoğan a líderes de regimes como o Irão e o Sudão, serve de bom exemplo uma vez que é contraditória com a postura que diz assumir na defesa dos direitos humanos e de valores democráticos.

Se Erdoğan agora se apresentou como defensor dos direitos dos povos egípcio e tunisino o mesmo não se passou no rescaldo das eleições no Irão em Junho de 2009, causando indignação no povo iraniano. Na realidade, o líder turco apressou-se a congratular efusivamente o Presidente Ahmadinejad pela sua vitória ignorando não só os

protestos do Movimento Verde (Green Movement), que denunciavam a forma fraudulenta como as eleições foram conduzidas, mas também a forte repressão do regime contra os activistas deste movimento. Erdoğan chegou inclusivamente a chamar o Presidente iraniano de «amigo» e a minimizar a gravidade do programa

SE ERDOĞAN AGORA SE APRESENTOU COMO DEFENSOR DOS DIREITOS DOS POVOS EGÍPCIO E TUNISINO O MESMO NÃO SE PASSOU NO RESCALDO DAS ELEIÇÕES NO IRÃO EM JUNHO DE 2009, CAUSANDO INDIGNAÇÃO NO POVO IRANIANO.

nuclear do Irão ao insistir de forma recorrente, através de inúmeras declarações, numa paridade entre o perigo que representa a nuclearização do Irão e a de Israel. Na óptica ocidental, tais atitudes diminuem a margem negocial da comunidade internacional com o Irão e são contraproducentes para os esforços que têm sido levados a cabo para persuadir os iranianos a desistirem do seu programa militar nuclear.

A postura turca relativamente ao Sudão é outro exemplo desta ambiguidade: em Agosto de 2008 o primeiro-ministro turco acolheu o Presidente sudanês Omar Al-Bashir em Ancara apesar da acusação de genocídio pelo Tribunal Penal Internacional. Erdoğan terá inclusivamente alegado que não é possível para aqueles que pertencem à fé muçulmana cometerem actos de genocídio, causando revolta no povo sudanês e pasmo na comunidade internacional. Da mesma forma, a sua abertura e aproximação a grupos como o Hamas e o convite que fez ao seu líder Khaled Mashal para visitar Ancara causaram algum desconforto em segmentos da comunidade internacional que designou o Hamas como um grupo terrorista.

ERDOĞAN – O HERÓI DA RUA ÁRABE

Este acolhimento a líderes de regimes ostracizados pelo Ocidente contrasta com uma retórica extremamente agressiva e inflamada contra Israel nos últimos anos. As relações israelo-turcas, apesar de tradicionalmente definidas como estrategicamente importantes para ambos os países, sofreram uma grande deterioração no rescaldo da invasão de Israel a Gaza em Janeiro de 2009. Desde então, as relações têm-se pautado por episódios de grande tensão. Cada incursão militar israelita ou ataque aéreo a Gaza é imediatamente seguido de fortes condenações por parte de líderes do AKP sem que se façam ouvir críticas às provocações do Hamas. Esta repetida condenação das acções israelitas face aos palestinianos ficou também marcada pelo violento ataque verbal do primeiro-ministro Erdoğan contra o Presidente Shimon Peres durante o Fórum Mundial Económico em Davos em Janeiro de 2009. A transmissão de séries televisivas de ficção turcas, retratando a «crueldade» de soldados israelitas a assassinares crianças palestinianas, enfureceu ainda mais os líderes israelitas que interpretam todas estas atitudes como uma campanha de deslegitimação de Israel.

Na sequência deste agravamento de relações, teve lugar um aumento notável de incidentes anti-semitas na Turquia que, apesar de imediatamente condenados por líderes governamentais, não deixaram de criar na comunidade judaica turca e mundial a convicção de que a retórica agressiva do Governo turco contra Israel contribuíra para o aumento de anti-semitismo no país. Como se tudo isto não bastasse, as relações atingiram o seu ponto mais baixo com o raide israelita sobre a «Flotilla» que visava forçar o fim do bloqueio marítimo a Gaza e que transportava activistas turcos, oito dos quais foram mortos pelas forças israelitas. Este ataque suscitou ondas de protesto em todo o mundo árabe e sobretudo na Turquia. Num discurso para o AKP, o primeiro-ministro descreveu o raide israelita como «um massacre sangrento [...] que merece toda a maldição», repetindo que os israelitas «sabem muito bem como matar. Já mostraram ao mundo o quão sabem assassinar e massacrar pessoas», acrescentando no mesmo discurso que «hoje é um novo dia e depois deste dia nada voltará a ser igual» (referindo-se às relações com Israel)¹².

Esta postura turca, apesar de conseguir galvanizar a rua árabe, fazendo com que o primeiro-ministro turco surgisse como um herói na região, suscitou muitas críticas por parte do mundo ocidental. Tal como foi colocado pelo ex-congressista Robert Wexler sobre as relações turco-americanas, durante uma conferência organizada pelo Middle East Institute a 18 de Junho de 2010, a razão da deterioração da imagem da Turquia na opinião pública americana não é esta nova visão geoestratégica do Governo do AKP, mas sim o contraste entre o tom extremamente agressivo da sua retórica contra acções de Israel, por um lado, e o silêncio face a líderes de regimes como o Sudão e o Irão, por outro. O que preocupa também a opinião pública americana, diz Wexler, é a aplicação selectiva da moralidade e a política de «dois pesos, duas medidas» que o Governo de Erdoğan parece assumir¹³.

Se, como já foi dito, esta postura aumentou os índices de popularidade do Governo AKP tanto na Turquia como na rua árabe, a verdade é que lhe retirou muita margem de manobra para servir de mediadora entre Israel e os palestinianos, por um lado, e Israel e a Síria, por outro. Um dos maiores esforços de mediação da Turquia foi precisamente as cinco rondas anteriores de negociações indirectas entre a Síria e Israel visando um acordo de paz entre os dois estados e a retirada de Israel dos Montes Golan anexados desde 1967. Este processo negocial foi bruscamente interrompido durante a operação israelita em Gaza e dificilmente viria a ser retomado com a deterioração progressiva das relações israelo-turcas que se sucederam nos anos a seguir.

Se a rua árabe vê em Erdoğan um herói destemido que defende a dignidade muçulmana, entre os líderes governamentais árabes mais moderados a opinião não é unânime. Certos círculos criticam o AKP por falta de experiência e de compreensão das complexidades da região e suspeitam de que esta política, mais do que uma vontade genuína de atingir resultados concretos¹⁴, seja uma manobra de relações públicas para conquistar popularidade.

Para além das inconsistências acima apontadas, existem também questões de ordem interna que podem complicar a capacidade da Turquia de desempenhar esse papel de mediadora. A não resolução das várias tensões com países vizinhos levam alguns observadores a questionar a credibilidade da Turquia em resolver outros problemas na região como, por exemplo, a percepção de que o AKP abandonou a questão de Chipre com o fracasso do Plano de Annan em 2004 e a subsequente recusa em abrir os seus portos e aeroportos à transportação cipriota; a não normalização das relações entre a Turquia

e a Arménia, as quais, apesar da assinatura dos protocolos em 2009, foram subseqüentemente paralisadas devido às incompatibilidades entre o Azerbaijão e a Arménia face ao conflito congelado sobre a província de Nagorno-Karabakh. A acrescentar à falta de progressos na frente cipriota e da Arménia, a Turquia vive tam-

PERANTE AS REVOLTAS ÁRABES, A TURQUIA TEM ESTADO CONFRONTADA COM O DILEMA ENTRE A NECESSIDADE DE APOIAR AS MUDANÇAS E A VONTADE POPULAR DESTAS SOCIEDADES E A PRESERVAÇÃO DAS RELAÇÕES COM REGIMES QUE TEM VINDO A CONSOLIDAR.

bém confrontada com a necessidade de resolver a questão da minoria curda – que reclama mais direitos, mais liberdades e um maior reconhecimento – e o seu conflito latente com o grupo separatista PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão).

A TURQUIA E AS REVOLTAS ÁRABES

No que concerne à postura que tem assumido perante as revoltas árabes, a Turquia tem estado confrontada com o dilema entre a necessidade de apoiar as mudanças e a vontade popular destas sociedades e a preservação das relações com regimes que tem vindo a consolidar. A sua postura, de apoio às revoltas populares na Tunísia e no Egipto, e de hesitação relativamente à Líbia e à Síria reflecte esse dilema. A Turquia foi um dos

primeiros países a apelar à demissão de Hosni Mubarak e a apoiar os movimentos populares no Egito e na Tunísia. No entanto, com o alastrar destas revoltas para os outros países na região, a sua retórica foi-se suavizando e mostrando mais reticências, optando por enfatizar a sua política de não ingerência nos assuntos internos de outros países e de prevenir a escalada de violência e tensões na região.

À medida que a situação da Líbia foi assumindo mais atenção internacional, a Turquia foi reforçando a sua abordagem de «zero problemas na região». Opôs-se à adoção da Resolução 1973 do Conselho de Segurança das Nações Unidas¹⁵ inflectindo a sua posição só depois do aval da Liga Árabe. Relativamente à questão da Síria também tem assumido uma política de grande prudência e observado os acontecimentos com grande apreensão. Apesar dos dois países terem estado quase à beira de uma guerra em finais dos anos 1990, as relações entre o Governo de Erdoğan e o regime de Bashar al-Assad têm melhorado progressivamente e o primeiro tem vindo a olhar para a Síria cada vez mais como um importante aliado na região. Ainda recentemente a Turquia assinou um acordo que inclui a Síria, a Jordânia e o Líbano estabelecendo uma zona de isenção de vistos entre os quatro países, o que reflecte a sua vontade de desenvolver cada vez mais laços económicos com os países da região. Qualquer desenvolvimento na Síria pode ter consequências para a segurança regional, e em particular para a Turquia que teme um fluxo de refugiados na fronteira sírio-turca. Um foco de instabilidade na Síria pode rapidamente alastrar para a Turquia, tendo em conta a longa fronteira de aproximadamente 800 quilómetros que ambos os países partilham, com consequências imprevisíveis para o país. Nesse sentido, o Governo turco tem apelado a Bashar al-Assad a fazer reformas democráticas no sentido da liberalização política, enviando até uma delegação para encontros diplomáticos com o regime sírio.

Em síntese, a postura da Turquia face às revoltas árabes tem também apresentado alguma ambivalência: por um lado, quer assumir-se como defensora dos direitos humanos, da democracia e da boa governação, por outro refugia-se numa retórica mais moderada quando os seus interesses vitais estão em jogo. Muitos observadores internacionais consideram oportunista esta postura acusando a Turquia de conduzir uma política de dois pesos e duas medidas, ao defender as causas em função dos seus interesses¹⁶.

A TURQUIA: UM BOM MODELO PARA A REGIÃO?

Como foi dito acima, muito do que tem caracterizado o debate em torno do papel da Turquia na nova paisagem que definirá o Médio Oriente é a possibilidade de esta poder exportar para a região o seu modelo de coexistência entre islão e democracia. Existe um grande segmento do mundo árabe que olha para a Turquia como uma referência e um modelo de inspiração. De acordo com uma recente sondagem publicada pela Turkish Economic and Social Studies Foundation (TESEV)¹⁷, a sua popularidade na região atingiu níveis sem precedentes: 85 por cento das pessoas sondadas no Egito, Jordânia, Líbano,

Territórios Palestinos, Arábia Saudita, Síria, Iraque e Irã têm uma opinião «favorável» da Turquia; 78 por cento dos inquiridos defendem que a Turquia tenha ainda um papel mais activo na região, enquanto 66 por cento consideram que a Turquia pode servir de modelo para outros países na região (sendo que a razão apresentada é precisamente a sua capacidade de compatibilizar a religião islâmica e a democracia)¹⁸.

Outros fenómenos de natureza cultural, como a exportação de séries e novelas televisivas turcas para países árabes e um aumento do turismo árabe para a Turquia, têm captado a imaginação destas populações por oferecerem um estilo de vida apelativo¹⁹. Aos olhos de muitos muçulmanos sedentos de liberdade mas fiéis às suas tradições islâmicas, o exemplo da Turquia, sobretudo sob a liderança do Partido da Justiça e Desenvolvimento, oferece precisamente essa possibilidade, integrando fidelidade à tradição islâmica, sistema de governo democrático, rápido crescimento económico e participação num mundo globalizado. Num momento de viragem do mundo árabe caracterizado por movimentos de contestação democrática que exigem mais tolerância, mais liberdades e mais direitos, o exemplo da experiência política turca torna-se cada vez mais visível e objecto de discussão e análise.

O processo de transformação democrática da Turquia, ao longo dos últimos anos, impressiona não só a comunidade muçulmana no mundo árabe mas também importantes segmentos da opinião pública mundial. A Turquia tem levado a cabo reformas de peso na consolidação do Estado de direito, motivadas essencialmente pela sua ambição de aderir à União Europeia (UE). Estes progressos não devem ser minimizados, mas se a discussão em torno das revoltas no mundo árabe traz à ribalta a experiência política turca, também acentua os défices democráticos que ainda prevalecem nos importantes domínios da liberdade de expressão, Estado de direito, separação de poderes e direitos das minorias.

A TURQUIA: UM VERDADEIRO ESTADO DE DIREITO?

O relatório de progressos publicado pela UE, em Novembro de 2010, reconhece importantes avanços sobretudo derivados da reforma constitucional que tem sido levada a cabo, mas aponta também algumas deficiências nas áreas dos direitos fundamentais e da consolidação do Estado de direito, incluindo a liberdade de imprensa e de expressão.

De acordo com as conclusões do relatório, o estado da liberdade de expressão e de informação constitui ainda um motivo de preocupação²⁰. Cerca de 3700 sítios da internet foram proibidos na Turquia, inclusivamente importantes fontes de informação como o Youtube, não por imposição do Governo mas devido ao fracasso do AKP em reformar uma lei, ainda em vigor, que permite encerrar portais da internet²¹.

Outro motivo de preocupação é a intolerância do AKP relativamente a opositores políticos ou indivíduos que criticam ou denunciam abusos do Governo. Como foi ainda recentemente exposto num artigo do think tank sediado em Washington, o Turkish Policy Center²², apesar da situação da Turquia nestas matérias ser muito melhor do que

a dos países árabes, a tendência é negativa, nomeadamente no tratamento judicial dos denominados golpes de Estado. O caso «Ergenekon», uma alegada tentativa de golpe de Estado perpetrada por uma rede ultranacionalista turca com ligações às forças de segurança, foi muito mediatizado e objecto de aceso debate público e também de contestação na Turquia: dez jornalistas e académicos, dois deles, Nedim Sener e Ahmet Sik, conhecidos por denunciarem abusos de direitos humanos, foram detidos por alegadas implicações com este caso, apesar da falta de evidência clara nesse sentido²³. Com estes encarceramentos, a associação de jornalistas da Turquia estimou que o número de jornalistas na prisão aumentou para 60²⁴. Ainda no passado dia 8 de Abril, o International Press Institute publicou um comunicado de imprensa revelando que a Turquia tem mais jornalistas encarcerados do que o Irão e a China, uma informação baseada num recente relatório publicado pela Organização para a Segurança e Cooperação da Europa (OSCE)²⁵.

Outra área onde se verifica algum défice é no tratamento das minorias, tanto étnicas, como os curdos, ou religiosas, como os alevitas e os cristãos. Apesar de alguns progressos por parte do Governo e de uma série de iniciativas levadas a cabo para melhorar a integração das minorias não muçulmanas, estas ainda sofrem algumas restrições. Comunidades religiosas não muçulmanas ainda têm dificuldades em levar a cabo actividades religiosas, como abrir e manter lugares de culto, dada a ausência de personalidade jurídica²⁶. É de realçar que também tem havido alguns progressos na questão dos direitos culturais para a minoria curda, como a recente decisão do Conselho Supremo de Regulação da Televisão e Rádio (RTUK) de levantar a restrição que proibia a transmissão de programas televisivos na língua curda²⁷. No entanto, ainda persistem muitas questões não resolvidas como os inúmeros representantes e activistas do Partido da Paz e Democracia (BDP) pró-curdo, que continuam detidos em prisão preventiva, em nome da lei antiterrorista, por alegadas ligações ao PKK²⁸. A minoria curda exige também reconhecimento total da sua língua e cultura em todas as dimensões da vida política e social e espera ver progressos nesse sentido com a reforma constitucional.

Estas falhas, ou seja, os limites à liberdade de informação e de expressão, a intolerância face a opositores políticos e a restrição de liberdades das minorias, constituem ainda obstáculos à consolidação da democracia. Não devem pois ser esquecidas quando se fala na possibilidade de o modelo turco servir de inspiração a países que queiram levar a cabo processos de transição democrática.

CONCLUSÃO

Como foi exposto, a Turquia encontra-se numa encruzilhada não só no sentido geográfico do termo, mas sobretudo no sentido político, geoestratégico e conceptual. Dividida entre o Ocidente e o Oriente, a sua identidade e a procura do seu lugar no mundo atravessam uma fase de transição e redefinição. Essa identidade alicerça-se fundamentalmente nestes dois pólos de interesses que em algumas instâncias se vêem

como opostos e em permanente tensão. Essa ambivalência estratégica e a necessidade de encontrar um equilíbrio entre os dois têm-se reflectido na sua acção regional e externa: insurge-se contra a violação dos direitos humanos de uns mas ignora outros,

A TURQUIA ENCONTRA-SE NUMA ENCRUZILHADA. DIVIDIDA ENTRE O OCIDENTE E O ORIENTE, A SUA IDENTIDADE E A PROCURA DO SEU LUGAR NO MUNDO ATRAVESAM UMA FASE DE TRANSIÇÃO E REDEFINIÇÃO.

defende as revoltas populares na Tunísia e no Egipto mas modera a sua posição face à Síria e à Líbia, vocifera contra Israel para logo de imediato correr a explicar a lóbis pró-israelitas em Washington a razão de ser das suas acções²⁹. Acolhe líderes e regimes que têm sido alvo de isolamento pelo

Ocidente, ao mesmo tempo que leva a cabo uma intensa e tranquilizadora actividade diplomática na Europa e nos Estados Unidos. Galvaniza a rua árabe mas hostiliza actores importantes no contexto da mediação política.

Em boa verdade, a Turquia não se encontra numa posição fácil e é pouco viável que uma potência com a sua dimensão económica, militar, diplomática e geoestratégica se possa dotar de uma política exclusivamente ideológica sobretudo numa região que é um permanente foco de instabilidade e imprevisibilidade – agora acrescido com a onda de revoltas contra os regimes autocráticos – e com grande potencial explosivo. Se o objectivo da política externa turca é de facto desempenhar um papel de relevo na região, de principal mediador entre as forças em oposição na região, por um lado, e entre o mundo islâmico e o mundo ocidental, por outro, em consonância com a sua abordagem de «zero problemas», então terá talvez a ganhar com uma clarificação da sua postura externa até para não perder a margem de manobra negocial de facilitador e mediador de conflitos.

Nesse sentido, poderia procurar encontrar um melhor equilíbrio entre uma política que sirva e defenda os seus interesses vitais, quer sejam de natureza ideológica, militar, económica, política ou estratégica, e a necessidade de defender uma política de princípios, sem ostracizar actores que justificam a sua ambição de mediador e lhe conferem a credibilidade de que necessita para levar a cabo essa política. A Turquia tem de facto uma capacidade única de desempenhar um papel nuclear em várias frentes, nomeadamente, no conflito israelo-palestiniano, na resolução do problema nuclear iraniano e na redução de tensões na região, através da sua tradicional aliança com o Ocidente e da proximidade cultural e geográfica ao mundo árabe. Por isso, só teria a ganhar com a moderação da sua retórica agressiva face a Israel, por exemplo, e a conter o seu acolhimento de regimes e líderes que constituem uma ameaça à segurança internacional. Resta também saber até que ponto esta nova orientação turca é de facto compatível com uma aliança estratégica a Ocidente e a sua possível adesão à UE. Aqui, independentemente da relutância franco-alemã e dos obstáculos de natureza política e técnica ao processo de adesão, permanecem dúvidas sobre a vontade genuína da Turquia em se associar à UE, com tudo o que isso implica. Há indícios de que a Turquia parece querer

replicar um modelo económico semelhante no Médio Oriente. A crescente integração económica entre a Turquia e países como a Síria, a Jordânia e o Líbano, incluindo os planos anunciados de uma zona de comércio livre, já estimularam um debate sobre a possível criação de uma União para o Médio Oriente, que rivalizaria com a UE. O acordo que a Turquia assinou estabelecendo uma isenção de vistos entre os mesmos países serve de bom exemplo. Líderes de Ancara afirmam que o estabelecimento de uma zona de comércio livre não deve ser visto como alternativa à UE. No entanto, se o objectivo de criar uma zona de integração económica na região é perfeitamente legítimo, leva-nos a questionar se será conciliável com uma futura integração na UE. Mais uma vez, a Turquia parece hesitar, também nesta questão, no rumo a tomar.

No que concerne à possibilidade de a Turquia servir de modelo para países da região de conciliação entre o islão e a democracia, apesar dos «défices democráticos» expostos acima, esta pode representar um bom exemplo em vários domínios: tem um sistema pluripartidário e eleições livres, elegeu um partido com raízes muçulmanas numa estrutura política quase dogmaticamente secular, iniciou o seu processo de negociações com a UE em 2005, levando a cabo reformas profundas em função dos critérios e parâmetros da UE, abriu e liberalizou a economia permitindo um grande crescimento económico nos últimos anos. Goza também de grande popularidade e confiança na rua árabe como vimos na sondagem acima citada. Há observadores que advogam que a Turquia tem de consolidar o seu modelo internamente antes de o poder exportar para fora. No entanto, também se pode argumentar que o facto de ser precisamente um modelo ainda «imperfeito» em vários domínios, faz com que os países da região ganhem mais empatia e nele se revejam. Nessa medida, a Turquia representa um bom meio-termo entre os dois mundos. E talvez seja mesmo assim que o modelo turco deva ser perspectivado no contexto das revoltas árabes: um modelo apelativo que caminha para a consolidação do Estado de direito, mas que no contexto actual ainda apresenta défices democráticos que terão de ser resolvidos.

Independentemente da islamização de grupos como o AKP ou a Irmandade Muçulmana no Egipto, por exemplo, é importante realçar sobretudo a partir da experiência turca que o mais importante é a consolidação do Estado de direito onde movimentos ou partidos islâmicos possam participar do jogo político assente num modelo democrático. No contexto da transição política em curso nos países da região, esta é uma importante lição: uma transição democrática bem-sucedida não se esgota na mudança de liderança, num acto eleitoral, ou em elites que assumem as estruturas do Estado, mas sim num desmantelar de estruturas autocráticas e na implementação de mecanismos de controlo democrático e de separação de poderes, o chamado *democratic checks and balances*. Só no contexto de um regime democrático, que tem os mecanismos necessários ao seu dispor, é que grupos com tendências mais fundamentalistas podem deixar de representar uma ameaça. A experiência política turca oferece um bom exemplo nesse sentido. Ril

- 1 Na data em que este artigo é escrito, a 2 de Maio de 2011, as eleições ainda não foram realizadas.
- 2 Por exemplo, «Gates says EU pushed Turkey away». In *Wall Street Journal*, 10 de Junho de 2010. [Consultado em: 13 de Abril de 2011]. Disponível em: <http://online.wsj.com/article/SB10001424052748703890904575296900180727936.html>. FRIEDMAN, Thomas L. – «Letter from Istanbul». In *New York Times*, 15 de Junho de 2010. [Consultado em: 13 de Abril de 2011]. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2010/06/16/opinion/16friedman.html>
- 3 Participação da autora na conferência «Turkey's New Geopolitics: Challenges and Opportunities». Discurso de Ömer Çelik, vice-presidente do Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP), Middle East Institute, 18 de Junho de 2010, Washington DC.
- 4 Participação da autora na conferência «Turkey and Iran: Assessing the New Regional Diplomacy», discurso do autor Stephen Kinzer, Brookings Institution, 15 de Junho de 2010, Washington DC.
- 5 *Ibidem*.
- 6 Por exemplo, TASPINAR, Ömer – «Turkey's Middle East policies: obstruction of Neot-Ottomanism and Kemalism». In *Carnegie Papers*. N.º 10, Setembro de 2008, p. 14.
- 7 Por exemplo, discurso de Cengiz Çandar, colunista no *Turkish Daily Radikal*, na conferência «Turkey's new geopolitics: challenges and opportunities». In *Middle East Institute*, 18 de Junho de 2010, Washington DC.
- 8 POLITICAL TOURS – «Turkey's elections: Can it grow outside the EU?». 8 de Abril de 2011 [Consultado em: 14 de Abril de 2011]. Disponível em: <http://www.politicaltours.com/news-articles/turkeys-elections-can-it-grow-outside-the-eu>
- 9 Participação da autora na conferência «Turkey's New Geopolitics: Challenges and Opportunities». Discurso do embaixador da Turquia para os Estados Unidos Namik Tan, Middle East Institute, 18 de Junho de 2010, Washington DC.
- 10 *Ibidem*
- 11 INTERNATIONAL CRISIS GROUP – «Turkey and the Middle East: ambitions and constraints». Europe Report N.º 203, 7 de Abril de 2010, p. 7.
- 12 «Turkey Prime Minister Erdoğan condemns Israel over aid ship "massacre"». In *National Turk*, 1 de Junho de 2010. [Consultado em: 18 de Abril de 2011]. Disponível em: <http://www.nationalturk.com/en/turkey-prime-minister-erdogan-condemns-israel-over-aid-ship-massacre-625625475>.
- 13 Participação da autora na conferência «Turkey's New Geopolitics: Challenges and Opportunities». Discurso do ex-congressista Robert Wexler e actualmente presidente do Daniel Abraham Center for Middle East Peace, Middle East Institute, 18 de Junho de 2010, Washington DC.
- 14 INTERNATIONAL CRISIS GROUP – «Turkey and the Middle East: ambitions and constraints», p. 19.
- 15 A Resolução 1973 do Conselho de Segurança autorizou os estados-membros a tomar todas as medidas necessárias para proteger os civis contra a chacina do coronel Khadafi, inclusivamente a imposição de uma zona de exclusão aérea.
- 16 Por exemplo: SCHWARTZ, Stephen – «Turkish Turmoil: obstruction in Libya, interference in Syria, discrimination at home». In *Weekly Standard*, 12 de Abril de 2011. [Consultado em: 1 de Maio de 2011]. Disponível em: http://www.weeklystandard.com/blogs/turkish-turmoil-obstruction-libya-interference-syria-discrimination-home_557319.html?page=2; ou TURGUT, Pelin – «How Syria and Libya got to be Turkey's headaches». In *Time*, 30 de Abril de 2011. [Consultado em: 1 de Maio de 2011]. Disponível em: <http://www.time.com/time/world/article/0,8599,2068633,00.html>
- 17 AKGÜN Mensur, GÜNDOĞAR, Sabiha Senyücel, LEVACK, Jonathan, e PERÇİNOĞLU, Gökçe – «The perceptions of Turkey in the Middle East: key findings». In *TESEV Foreign Policy Program*, 2 de Fevereiro de 2011.
- 18 *Ibidem*, pp. 10 e 12.
- 19 *Ibidem*, p. 16.
- 20 COMISSÃO EUROPEIA – «Turkey 2010 Progress Report». 9 de Abril de 2010.
- 21 MAKAROV, Vitktor, e MAMEDOV, Eldar – «Turkish model for the Arab world? Think twice». In *Turkish Policy Centre 2010*, 1 de Abril de 2011.
- 22 *Ibidem*.
- 23 Para muitos analistas, estas prisões são uma forma de intimidação a que o Governo recorre contra os seus opositores e que o verdadeiro crime destes jornalistas é denunciarem abusos de certas estruturas governamentais e não uma directa ligação com tentativas de golpe de Estado, como o caso Ergenekon.
- 24 MAKAROV, Vitktor, e MAMEDOV, Eldar – «Turkish model for the Arab world? Think twice».
- 25 «Turkey "world leader" in imprisoned journalists, IPI report says». In *Hurriyet Daily News*, 8 de Abril de 2011.
- 26 COMISSÃO EUROPEIA – «Turkey 2010 Progress Report», 9 de Abril de 2010.
- 27 *Ibidem*.
- 28 A questão dos curdos assumiu ainda mais destaque recentemente com a decisão, anunciada pela Comissão Suprema de Eleições, de suprimir 12 candidaturas independentes para as eleições de Junho, sete das quais eram apoiadas pelo Partido da Paz e da Democracia, pró-curdo (BDP). No entanto, esta decisão foi revogada após protestos no sudoeste da Turquia.
- 29 É interessante realçar que a Embaixada da Turquia em Washington contrata os serviços de dois representantes de uma empresa de relações públicas que se destinam única e exclusivamente a fazer um trabalho de aproximação e lóbi à comunidade judaica americana. Isto pode parecer um pormenor sem significado mas não existe nenhuma outra embaixada em Washington que faça o mesmo. A Embaixada Turca pretende ter o apoio do chamado «lóbi judaico» no Congresso Norte-Americano a favor das suas posições face às acusações da Arménia que classificam os acontecimentos de 1915 como de «genocídio» por parte da Turquia.